

Mário Tavarella Lobo: *Temas jurídicos*. Discussão e soluções no novo Código Civil — 218 pp., Coimbra, 1970.

O A. foi um dos juristas convocados para colaborar na preparação do novo Código Civil, na qualidade de membro da sua Comissão Revisora.

Estas páginas são, assim, a resultante da sua participação nesses trabalhos preparatórios que conduziram ao Projecto e, depois, à consolidação definitiva daquilo que é hoje o diploma fundamental do nosso direito privado.

Das sugestões por ele relatadas, algumas mereceram franca concordância e foram outras liminarmente rejeitadas — sem que, porém, esta última circunstância significasse que as teses propostas não denotassem um sério estudo e a preocupação evidente de por elas se chegar a soluções mais coerentes e seguras.

Agora — volvidos que já vão quase cinco anos sobre a sua promulgação — não deixa de ser elucidativo confrontar certas versões então apresentadas com aquelas que, finalmente adoptadas, já conheceram, neste espaço de tempo, a experiência da sua aplicação prática.

E talvez esse confronto, sobretudo na parte que se refere a certos institutos mais controvertidos, suficientemente nos demonstre (agora, no entanto, de um modo já irreparável) quanto seria preferível antepor a critérios rígidos, talhados por moldes de empréstimo, desajustados, a flexibilidade, a adequação circunstancial — a antevidência, enfim — que exigem normas de tanta envergadura e transcendência e que já agora ficarão, não se sabe por quanto tempo, prevalecendo.

— Ao distinto A. desta obra se agradece a oferta do exemplar recebido.

Emílio Rui Vilar & Francisco Alves dos Santos: *Os impostos sobre os transportes rodoviários* — 362-13 pp., Atlântida, Coimbra, 1970.

Notava-se já a falta de uma compilação — e respectivo comentário esclarecedor — das disposições legais que regulam os impostos específicos dos transportes rodoviários.

É bem conhecida de todos a importância que esses impostos ocupam no sistema tributário português — e isto, tanto pelo enorme montante das verbas que movimentam, como pelo número, cada vez mais elevado, dos contribuintes que é por eles atingido.

Assim, os AA., conscios de tal necessidade e prevalecendo-se das funções especializadas que desempenham, meteram ombros a este trabalho, o qual estruturaram da maneira mais prática, quer inserindo os diplomas básicos, criteriosamente anotados, quer inserindo a legislação complementar que sobre tal matéria se achava dispersa e era não poucas vezes do desconhecimento dos interessados.

É, em resumo, um auxiliar indispensável para o bom entendimento e correcta aplicação dos preceitos sob que se rege uma actividade que é hoje das de maior desenvolvimento e importância e, portanto, das de mais larga incidência fiscal.

Inserese este trabalho na «Biblioteca Jurídica» que a conceituada livraria de Coimbra está programado com uma regularidade que já por mais de uma vez foi aqui salientada.

Th. de M. J.

António Manuel Cardoso Mota: *O imposto de transacções e o comerciante*. Notas, comentários e legislação aplicável — 205 pp., Atlântida, Coimbra, 1970.

Como o seu A. adverte em nota preliminar, este trabalho foi realizado com o propósito de com ele fazer uma análise dos direitos e deveres do comerciante «dentro da problemática do imposto de transacções, comunicando-lhe um sentido vincado de *funcionalidade*».

Com efeito, através das partes em que ele se encontra dividido, o A. procurou — e alcançou — contemplar os variados aspectos relevantes da dis-